

UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL  
REDATOR PRINCIPAL \* \* \*  
Alexandre Vieira  
EDITOR \* \* \* \* \*  
Joaquim Cardoso

Propriedade da União Operária Nacional  
(Formulário da lei que regula a liberdade de imprensa)  
Oficinas de impressão - R. da Atalaia, 154

Redação e administração - Calçada do Combro, 38-A, 2.  
Lisboa - PORTUGAL  
End. teleg. Tathaba - Lisboa • Telefone: ?

# Senhor Ministro do Interior!

## NOTAS & COMENTARIOS

### O tratado de paz

A uma comissão de operários do Barreiro, que há dias procurou v. ex.<sup>a</sup>, disse v. ex.<sup>a</sup>, ao que me consta, que todos os dias é *A Batalha*, e teve para este jornal palavras de justiça. Será assim? Não sei. Terá sido v. ex.<sup>a</sup> para *A Batalha* palavras de justiça — da justiça a que ele tem direito pela forma elevada como se tem conduzido? Elerá v. ex.<sup>a</sup> todos os dias *A Batalha*?

Não sei, mas quero crer que sim. A preocupação de v. ex.<sup>a</sup>, entendo manifestada, pela prisão do redactor principal deste jornal, a prontidão com que ordenou que cessasse a arbitrariedade, e contar o que por lá vai, pelo Vale de S. Tiago, essa ação miserável de lavradores, autoridades administrativas e militares, esse sofrimento horrível das pobres famílias de campões daquelas localidades.

E v. ex.<sup>a</sup> ouviu-nos. E v. ex.<sup>a</sup> determinou que seu secretário telegrafasse detalhada e energicamente ao governador civil sobre as barbaridades praticadas contra os rurais. E v. ex.<sup>a</sup> disse que entregasse os requerimentos ao dr. Adolfo Coutinho, que era quem estava encarregado desses casos.

Este o pé em que a questão ficou com v. ex.<sup>a</sup>.

\* \* \*

Pois, senhor presidente do ministério, procurado por mim o dr. Adolfo Coutinho, responde-me que não receberia os requerimentos, que não era preciso devê-los ao tempo das assaltadas da câmara. Os operários não varrem as ruas, e não sabem se os alunos do Instituto Superior Técnico já os formam substituir nesta função. Mas os operários também não regam. Pelo Nosso Senhor quem se encarregou do serviço, regardo a via pública com a chuvada de ontem. Correspondeu a uma necessidade o meteoro. Atente-se na atitude da nossa digna vereação, e concluir-se-há que tudo isto estava — a priori chuvado.

Eto convindido disto, v. ex.<sup>a</sup> dirá se eu me engano.

Houve um amigo e meu camarada de ideias que, ao expôr-lhe eu o que hoje venho comunicar a v. ex.<sup>a</sup> e o dizendo-lhe que era minha intenção trazer o caso para *A Batalha*, ele manifestou o seu recômigo de que este facto comprometesse a causa, prejudicasse o objectivo da minha ação, fosse contraproducente.

Apesar da experiência já longa da política e dos políticos da nossa terra, apesar da muita razão que o meu amigo tinha na sua observação, eu não desisti.

E v. ex.<sup>a</sup> vai compreendendo-lo, — se é que não o comprehendeu mesmo já — quando eu digo a v. ex.<sup>a</sup> que me dirijo à qualidade de advogado, no cumprimento de um mandato que as famílias de algumas dezenas de presos me confiaram através da União Operária Nacional.

Quando recebo uma procuração, quando me coalham a teseira dos interesses de alguém que confiadamente se me dirige, quando tomo sobre mim o compromisso de bem honrar a minha profissão — e tenho-o feito, com bastos sacrifícios, de há oito anos a esta parte — é certo que hei de ir até o fim.

Razão porque estou aqui neste momento. Eu, senhor presidente do ministério, represento aqui, como v. ex.<sup>a</sup> já viu, aqueles trabalhadores deportados em África, pelos quais tam justamente se interessou a U. O. N. e *A Batalha*, e que juntou dev. ex.<sup>a</sup> já me tem levado algumas vezes.

Atirara o Dezenbrisimo para a África, além de outros, trinta trabalhadores rurais de Odemira e Vale de S. Tiago. Atirara-os para lá sem julgamento, sem processo, sem disposição legal que tal determinasse. Fóra este um dos muitos aspectos da tirania e do arbitrio da república nova.

O Conselho Jurídico da U. O. N., de que eu sou advogado, fizera, junto do ministério Relvas, algumas *démarches* no sentido de conseguir o acto da justiça da reparação desses homens que haviam deixado, nas suas terras, à margem do seu braço, dos seus carinhos e da sua companhia, tristes famílias na miséria, esmagadas pela saudade, abandonadas ao recuo da sua perda e aos insultos e barbaridades de autoridades terrenas e de insolentes lavradores.

O sr. José Relvas determinara que o esforço se esclarecesse, que se apurasse as responsabilidades, que se verificasse se a situação desses homens era legal ou não. Foi nomeado para esse efeito o dr. Adolfo Coutinho. E, este magistrado, depois de proceder ao estudo dos processos, conclui por ser de opinião que a situação dos deportados é absolutamente ilegal e dá, consequentemente, o parecer favorável à sua repatriação imediata.

Não pôde o sr. José Relvas despachar, visto o relatório ter-lhe sido entregue uns três ou quatro dias antes da sua demissão, naquele período agitado que precedeu a sua saída do poder.

Constituído o ministério da presidência de v. ex.<sup>a</sup>, voltou a atacar o assunto com a dedicação, persistência e urgência que, o caso requeria. Falo com v. ex.<sup>a</sup>, falo com o Ramundo Curto, falo com Dias da Silva, e o ministério todo, reunido em conselho, reconhecendo a necessidade de fazer essa reparação — resolver o imediato regresso à metrópole dos deportados. Resolviu-o e publicou-o na sua primeira nota oficial.

Passou-se tempo. Não consta da regras dos presos. Não se ouve falar de deportados. Quando virão? Perguntam-se ansiosamente. Perguntam-nos os amigos, os camaradas, uma multidão de pessoas.

E há enervamentos. Receiam-se complicações. Surgem dúvidas. E, entretanto, veem surgindo, de África, afitas cartas de presos contando horrores, sofrimentos, implorando auxílio, exigindo justiça.

E v. ex.<sup>a</sup> de novo. V. ex.<sup>a</sup> ouve-me e v. ex.<sup>a</sup> responde-me, no meio da preocupação de outros assuntos: «É necessário trazer os requerimentos das

Espresso

Os prazos da Zambézia

O ministro das colónias, tendo colhido vários elementos dos prazos sobre a importante questão dos prazos da Zambézia, elaborou um decreto com força de lei, que tentou submeter hoje à assinatura, alterando o regime dos referidos prazos.

Sobre este momento a suíte tíveram ontem uma larga conferência com o sr. João Soares, o coronel Eduard Marques e uma comissão de agricultores da Zambézia.

Cadeia Nacional de Lisboa

romance social

DE

CURVELO DE MENDONÇA

REGENERACAO

romance social

DE

CURVELO DE MENDONÇA

&lt;p

